

Terena de Cachoeirinha: conflitos e resistência na conquista do território*

Jorge Luiz Gonzaga Vieira**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar o processo histórico de conflitos e resistência Terena na conquista do território, tendo como base da pesquisa a Reserva Cachoeirinha, que está localizada no município de Miranda, estado do Mato Grosso do Sul, destacando as lutas, as organizações e as relações políticas e econômicas que mantém com a sociedade não-indígena. Para isso fez-se o levantamento da trajetória histórica Terena, do Chaco à ocupação na região do Pantanal sulmato-grossense, a participação na guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai (1865-1870) e, posteriormente, a perda do território. Esse período se caracteriza pela dispersão de sua população pelas fazendas e cidades da região, como também pela capacidade de socialização com a sociedade brasileira. Hoje, do ponto de vista da população de Cachoeirinha, a autonomia está condicionada à recuperação do território.

Palavras-chave: Terena; território; autonomia.

Abstract: The work in hand aims to identify the historical process of conflicts and Terena resistance in the conquest of territory, the research being based on the Cachoeirinha Reservation, which is located in the municipality of Miranda, in the state of South Mato Grosso, giving special attention to the struggles, the organizations and the political and economic relationships that are maintained with the non-indigenous society. To do this, a survey was made of the Terena historical trajectory, from the Chaco to their occupation in the Pantanal region of South Mato Grosso, their participation in the Triple Alliance war, (Brazil, Argentina and Uruguay) against Paraguay (1865-1870) and, subsequently, the loss of territory. This period is characterized by the dispersion of their population to farms and cities of the region, also by their capacity to socialize with Brazilian society. Today, from the point of view of the population of Cachoeirinha, their autonomy is conditioned by the recuperation of territory.

Key words: Terena; territory; autonomy.

* Artigo apresentado como requisito para obtenção do certificado de conclusão do Curso de capacitação "Populações Indígenas: desenvolvimento local, etnodesenvolvimento e educação diferenciada", realizado pelo Programa Kaiowá/Guarani/NEPI e Programas de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco/MS, sob orientação e coordenação do Prof. Dr. Antônio Jacó Brand.

** Prof. Ms. em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB/MS. Formação em Filosofia (Faculdade de Filosofia João Paulo II/RJ) e Teologia (PUC/RJ); bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (UFAL); membro do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; professor-titular do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL. Diversos artigos publicados em livros, revistas e periódicos. jorgelvg@ig.com.br

Terena: do Chaco ao Pantanal Sul-Mato-Grossense

Para realizar um estudo consistente sobre os povos indígenas no Brasil, faz-se necessário, de início, explicitar duas questões que marcam a história dos 500 anos do país. A primeira refere-se à questão da colonização, suas práticas e conseqüências para as populações que ocupavam o território antes da chegada dos europeus. E a segunda, refere-se ao limite cronológico imposto pelo colonizador, reduzindo a história de centenas de povos à ótica do “Descobrimento”¹.

Considera-se de fundamental importância recuperar a trajetória histórica dos povos indígenas, sob pena de histórias e culturas milenares serem reduzidas à lógica do homem ‘branco’, oficializada pela Coroa Portuguesa e condicionada aos seus interesses comerciais e religiosos na Colônia (Prezia; Hoornaert, 2000).

Em contrapartida, a população nativa teve suas histórias, culturas, costumes, religiões e valores negados, e quando aparece na história oficial, é tratada de forma estereotipada, etnocêntrica e a serviço dos interesses políticos, religiosos e econômicos do colonizador.

Everardo Rocha (2000, p. 17-18), ao analisar como os livros didáticos descrevem os indígenas, identifica três elementos:

O primeiro papel que o índio representa é no descobrimento. Ali, ele aparece como ‘selvagem’, ‘primitivo’, ‘pré-histórico’, ‘antropófago’ [...]. O segundo é no capítulo da catequese. Nele, o papel do índio é de ‘criança’, ‘inocente’, ‘infantil’, ‘almas virgens’ [...]. O terceiro é no capítulo ‘Etnia brasileira’ [...], num passe de mágica etnocêntrica, vira ‘corajoso’, ‘altivo’, cheio de ‘amor à liberdade’.

Na busca de focar a história a partir do ponto de vista dos povos indígenas, superando, assim, a ausência de informação dos relatos históricos, cabe lembrar o processo de povoamento da América e, particularmente, do Brasil, realizado pelos milhões de habitantes organizados em centenas de etnias.

Do ponto de vista científico, como afirmam Prezia e Hoornaert (2000, p. 23),

Ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre quando e como chegaram os primeiros grupos humanos na América. Alguns acreditam que tenha sido há cerca de 12 mil anos, enquanto outros defendem uma data bem mais recuada (cerca de 48 mil anos), como Niède Guidon e os pesquisadores de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Entretanto, para Bittencourt e Ladeira (2000, p. 19),

A ocupação do território foi sendo feita lentamente, durante muito tempo, por migrações de populações indígenas diferentes que estabeleceram contatos entre si, trocaram experiências, realizando alianças que enriqueceram suas heranças culturais ou, então, fizeram guerras para dominar áreas mais férteis ou de fácil comunicação.

Como constata Prezia e Hoornaert, foram encontradas em Lagoa Santa, estado de Minas Gerais, ossada humana de 12 mil anos e cerâmicas de 11 mil anos, segundo pesquisa arqueológica, realizada pela norte-americana Anna Roosevelt, nos sambaquis do baixo Amazonas (2000, p. 24-33).

Independente das divergências acadêmicas quanto à data exata e de como aqui chegaram esses povos, as pesquisas arqueológicas comprovam a presença humana no continente americano milhares de anos antes da chegada dos europeus.

Quando o conquistador chegou, impôs aos indígenas a dominação, o genocídio e a escravização. No início da conquista, regido sob o Tratado de Tordesilhas, em 1494, a região denominada de Pantanal estava sob o domínio Paraguaio, até a segunda metade do século XIX, e era habitada pela nações Xarayés, Guaycuru, Caudiéo, Beaquéo, Guaná, Guató e Terena².

Nesse período, o povo Terena aparece nos relatos históricos ocupando o Chaco paraguaio e boliviano. Empurrado por conflitos com os espanhóis e por disputas interétnicas, segundo Mangolin (1993), caminhava na direção do sol nascente à procura de terras férteis para desenvolver a agricultura, migrando desde o século XVII para a referida região que se encontrava sob o domínio Guaicuru Xaraés. A ocupação dos Terena terminou por volta do ano 1845 (Carvalho, 1979, p. 40).

Guaicuru e Terena: aliança política e assimilação cultural

A ascendência e domínio Mbayá³/Guaicuru⁴ foram predominantes sobre as outras nações. A estratificação social, elemento importante da estrutura social daquele povo, segundo Carvalho (1979, p. 28), “foi indubitavelmente pré-hispânica, firmando-se, porém, com a aquisição do cavalo, fato que os colocou em posição de clara superioridade diante dos grupos pedestres e agricultores”.

No processo histórico de mudança e ocupação territorial, observa Carvalho (1979, p. 33):

Cada um desses deslocamentos implicava necessariamente novas formas de adaptação ecológica e social, tornando-se sedentários, como no distrito de Miranda, por influência dos Terena e Kinikinaos, adotando o módulo subsistencial de pescadores e coletores ou tentando manter sua antiga forma adaptativa, os Mbayá foram se depopulando vertiginosamente.

Os Terena, no contato com Mbayá/Guaicuru, constituíram alianças e assimilaram a estratificação social, aprenderam diferentes práticas e manejos, a exemplo da criação de animais. Entretanto, afirma Carvalho (1979, p. 28):

A utilização do cavalo pelos Chané/Aruaque – e principalmente pelos Terena – não desviou a sua orientação de grupo agricultor sedentário, mas suscitou um movimento expansionista, essencialmente colonizador. Apenas os Terena reproduziram o modelo estrutural Mbayá.

Mais adiante, Carvalho (1979, p. 34) apresenta como “um dos melhores exemplos da *chaneização* Mbayá o que ocorreu entre Cadiguegodi (Cauduveu-Mbayá-Guaicuru), que se tornaram excelentes ceramistas e tecedores”. Sem deixar a atividade agrícola, tornaram-se eqüestres e entenderam esse modelo de ‘dominação’ a outros grupos.

Para o mesmo autor, em consequência do contato, os Terena desenvolveram uma sociedade fortemente estratificada incorporando grupos étnicos diferenciados. A estrutura social se regia por dois princípios básicos: o horizontal e o vertical. O vertical foi rompido pelo estrato dos guerreiros, pois a ele podiam ascender tanto os cativos como o homem comum.

A exemplo do que Acçolini (1996, p. 15-16) constata:

A sociedade Terena possuía uma estrutura social tríplice, marcada por relações assimétricas: os próprios Terena, que estavam divididos entre Naati e Waherê-Txané e os Kauti, ou cativos, que pertenciam a outros grupos. A primeira camada, Naati, era constituída pelo chefe e seus parentes que detinham o poder político de caráter vitalício e hereditário; os Waherê-Txané, eram as pessoas comuns, constituindo a maioria da população. Eles ainda eram divididos em duas metades e com os mesmos direitos sociais: os Sukirikinió e os Xumonó⁵.

Terena: dispersão e reterritorialização

Constituindo uma visão panorâmica da história Terena, segundo Bittencourt e Ladeira (2000), três acontecimentos marcaram significativamente sua vida e organização social. O primeiro caracteriza-se pela saída, no século XVII, do Êxiva ou Chaco – assim denominada pelos

*purutyés*⁶. O segundo refere-se à participação Terena na Guerra do Paraguai (1865-1870). E o terceiro está relacionado à volta da guerra, onde encontram as terras ocupadas por ex-militares não-índios, situação que provoca o *esparramamento*⁷ da população por fazendas e periferias de algumas cidades brasileiras.

Esses fatos imprimem conseqüências na organização econômica, cultural, política e religiosa. A partir de 1905, vão trabalhar na construção das linhas telegráficas, coordenada pela Comissão de Rondon⁸, e na estrada de ferro Noroeste do Brasil, que interliga Bauru a Porto Esperança. Destacam-se, ainda, as atividades que desenvolvem como peões de fazenda, assalariados em usina de cana-de-açúcar e como biscateiros.

Para Azanha (2000, p. 22),

... o conflito com o Paraguai acarretou uma mudança radical no **modus vivendi** (grifo do autor) dos grupos Guaná com a população brasileira local. Se antes a relação era de mútua dependência, alicerçada na troca recíproca e no comércio justo e respeitoso entre os índios e as tropas regulares que formavam a população dominante nos “presídios” de Miranda e Albuquerque, depois da guerra as populações indígenas passarão a se relacionar com um grupo humano heterogêneo e oportunista – e que passaria a receber apoio oficial para a “colonização” da região conflagrada... Estes novos colonizadores – a maioria chegada de regiões do Brasil onde a relação com os índios era fundada na prepotência e no desprezo ao bugre – desconheciam completamente qual havia sido o papel dos Guaná para a conquista e manutenção da região em mãos brasileiras. E os índios se surpreenderam como o caráter eminentemente predador destes novos purutuya e recorriam como podiam às autoridades de Cuiabá – que antes os tratavam com respeito devido a aliados – para defenderem suas terras.

Portanto, o que se constata a partir dessa análise, é que existia entre os Terena e os portugueses uma relação de negociação e troca. Os Terena foram importantes no processo de defesa e segurança da região contra os espanhóis e como fornecedores de alimentos para a população local. Depois da guerra, como foi visto, os Terena forneceram mão-de-obra para uma população advinda de diversas regiões e que desconhecia seu papel no processo de desenvolvimento da região.

Hoje, segundo Azanha (2000), a sociedade terena contemporânea engloba, a um só tempo, três situações distintas: a Reserva⁹, a cidade e a fazenda. Além das reservas demarcadas entre as décadas de 1910 e 1920¹⁰, foram requeridas ao estado do Mato Grosso, pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), as reservas Pilad de Rebuá, onde estão localizadas as aldeias Passarinho e Moreira, no município de Miranda; Limão

Verde, município de Aquidauana; Aldeinha, na periferia do município de Anastácio; Buriti, entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos de Buriti; Tereré, dentro da cidade de Sidrolândia; Brejão, no município de Nioaque; em Campo Grande, Rochedo, Porto Murtinho e Dourados. Encontram-se ainda agrupamentos Terena, no município de Peixoto de Azevedo¹¹, estado do Mato Grosso e, em São Paulo, na reserva "Araribá", município de Avaí.

O povo terena é uma das maiores populações indígenas do Brasil, localizados em diversas aldeias e estados. Sua população é estimada por Azanha em cerca de 18 mil pessoas (2003, p. 2)¹². Como em tempos passados, a agricultura é para a maioria dos Terena uma de suas principais atividades, junto à produção da cerâmica, instrumentos musicais e objetos de cipó e palha de palmeira.

O contato com espanhóis e portugueses foi sempre tensionado pela disputa territorial e pelo conflito cultural e religioso. Segundo Cláudio Alves de Vasconcelos, os historiadores de diferentes correntes parecem partir de um ponto comum: a história¹³ do Mato Grosso começou com as incursões bandeirantes na caça de índios pela região (1999, p. 17), acarretando a expulsão e redução dos territórios indígenas.

Os Terena da Reserva Cachoeirinha

A Reserva Cachoeirinha foi delimitada em 1904, por decreto, em 3.200 hectares, e, posteriormente, reduzida para 2.660 ha, sendo a terra concedida ao SPI pelo estado do Mato Grosso no ano 1948. A atual população de Cachoeirinha está estimada em cinco mil indígenas¹⁴, sendo que três mil moram fora da aldeia. Com o crescimento populacional o espaço físico ficou cada vez mais reduzido por fazendas e centros urbanos, forçando o povo a buscar nas cidades, fazendas e destilarias de álcool, meios de subsistência.

Além da aldeia Cachoeirinha, dentro da Reserva, encontram-se os "setores"¹⁵ Capão Babaçu, Lagoinha, Morrinho e Argola. Cada comunidade reivindica suas formas de organização política, como a eleição de seus representantes, criação e direção das associações comunitárias, igrejas e clube de futebol; e se articulam para defender interesses comuns, como a demarcação da terra. Administrativamente, mantêm relação com o Posto da FUNAI instalado na aldeia Cachoeirinha, em busca dos serviços, a exemplo de registros de nascimento e de casamento e para a solução de conflitos internos.

A ocupação de “Cachoeirinha” ou “Bôcôôti”, segundo os Terena, remonta às primeiras décadas dos séculos XIX, mais precisamente desde 1844, como foi constatado por Francis Castelnau, identificada em “duas léguas e um terço a noroeste de Miranda” (Azanha, 2000, p. 2).

Nos relatos de membros dessas comunidades, além de Terena, muitos fazem questão de se assumirem, também, como Laiana ou Kiniquinau. Constata-se que as relações de parentesco étnico se mantêm até os dias atuais, apesar do SPI e da Funai determinarem, nos registros de identificação, a denominação Terena para todos os habitantes das Reservas.

A convivência com a sociedade não-indígena, seus costumes, religiões e valores, não fez os moradores de Cachoeirinha perderem suas referências tradicionais, mas, ao contrário, afirmam sua identidade étnica e se expressam com muito orgulho através da língua Terena. Isto se observa no cotidiano, nas atividades como dirigentes de igrejas, em festejos religiosos de padroeiros, clubes de futebol e associações. Os *purungueiros*¹⁶, guias da religião Terena, fazem trabalhos a pedido dos membros das comunidades. Para Azanha (2000, p. 2-3),

Cachoeirinha é, para a maioria dos seus moradores, o lugar de moradia e de referência para a atualização do ethos e da identidade Terena. Não se vive na Reserva, mas da Reserva (...) E completa, as alterações nos padrões históricos da ocupação Terena ao longo dos anos e no modo de produção tradicional foi determinado fundamentalmente pela situação de confinamento em Reservas.

Há décadas, os Terena de Cachoeirinha lutam pela retomada do território tradicional¹⁷, reivindicação que aglutina as lideranças. A expectativa da população que mora nas aldeias é de que, com a recuperação da terra, os quase três mil indígenas que moram e trabalham nas cidades tenham a possibilidade de voltar para a aldeia. Entretanto, os referenciais construídos ao longo do tempo, na convivência com a sociedade não-indígena, as oportunidades oferecidas na cidade, desejos e expectativas construídas, tornam improvável que, efetivamente, a maioria volte a morar na Aldeia.

No entanto, a aldeia continua como um espaço importante, não somente para quem nela vive, mas também para quem a visita, seja para rever parentes, participar das festas, danças ou celebrações, seja como espaço de fortalecimento da sociabilidade étnica.

No espaço geográfico reduzido, a convivência e sobrevivência tornaram-se mais difíceis, principalmente para a juventude. Entre as décadas de 1940 e 1960, quando o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira realizou pesquisa entre os jovens terena, identificara que a maioria deles

tinha como perspectiva de realização pessoal, morar, estudar e conseguir um emprego na cidade. Posteriormente, muitos dos jovens se frustraram, como pode se constatar no relato do professor terena Sebastião Rodrigues (Entrevista, 2003):

De volta para casa, nossos jovens, quando saem em busca de um trabalho, criam a ilusão de felicidade; mas quando volta, o dinheiro só dá passar uma semana mantendo a alimentação da família, além de aprender os costumes ruins dos *purutuyê* e trazer para dentro das nossas aldeias. O confinamento na Reserva diminui a cada dia a perspectiva da juventude, provocando o aumento do consumo de drogas, álcool, prostituição e violência interna.

Atualmente, a Terra Cachoeirinha encontra-se invadida por fazendas, povoados e chácaras. E, apesar da Constituição Federal de 1988 ter determinado um prazo de cinco anos – Artigo 67, ADCT¹⁸ - para que o governo brasileiro demarcasse todas as áreas indígenas, o processo de demarcação de Cachoeirinha ainda se encontra à espera da Portaria Declaratória do Ministério da Justiça, ato que definirá e oficializará a mesma como Terra Indígena¹⁹.

Considerando o processo histórico de resistência à devolução das terras pela população regional e a prolongada luta Terena, seja por meio de uma convivência negociada ou pelo enfrentamento direto, o povo aprendeu a importância de sua identidade étnica, mesmo diante de forças contrárias. Aprendeu o quanto é necessário conhecer e saber manipular os mecanismos que regem a sociedade não-indígena, com a qual convive no dia-a-dia. Acredita que, com a demarcação do território, terão condições de repensar e reestruturar sua organização social e melhorar sua qualidade de vida.

Confirma-se isso pelos relatos dos moradores de Cachoeirinha. Desde 1978 as lideranças começaram a retomar a luta pela demarcação da terra. O cacique da aldeia Capão Babaçu, Zacarias Rodrigues, questionou a morosidade do governo federal e exclamou: “estamos começando a acordar!”. Segundo ele, confiaram muito nas promessas do governo. Mas, diante da situação difícil em que se encontram as comunidades, cansaram de esperar. O cacique Ramon Vieira, da aldeia Lagoinha, justificou:

Enquanto não sai a demarcação, nós lideranças buscávamos formas paliativas para amenizar a situação de miséria, violência e conflitos das comunidades, fazendo projetos de trator, óleo, sementes e adubos junto aos órgãos públicos e até ONG's²⁰. Ao longo dos anos percebemos que a terra não era demarcada e que, cada vez mais, aumentava a dependência de apoio externo. Por isso, a partir do início de 2003,

resolvemos fortalecer a nossa organização interna e procurar entender nossos direitos, em reuniões de lideranças das associações de produtores e de mulheres, presidentes e pastores das igrejas, de clube de futebol e de grupo de jovens, seminários e a realização da Primeira Assembléia Terena de Cachoeirinha (Gazeta do Pantanal, 2003).

É por isso que lideranças realizam atividades destinadas a pressionar as autoridades e os órgãos públicos para que cumpram com os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal e com os prazos de demarcação da terra, previstos no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996²¹.

Apesar das muitas ações destinadas a viabilizar o processo de demarcação pela via institucional, a exemplo das mobilizações sociais, atos públicos, assembléias e cobranças nas instâncias administrativas da Funai e junto ao Ministério da Justiça, o Governo Federal ainda não cumpriu com o que está previsto na legislação brasileira.

Com o crescimento populacional, a falta de espaço para trabalhar, caçar e pescar e a falta da resposta governamental, cerca de 28 famílias terena das aldeias Lagoinhas, Argola e Capão Babaçu, lideradas pelos caciques Ramon Vieira e Zacarias Rodrigues, ocuparam a fazenda Santa Vitória, de 1.200 hectares, às 4 horas do dia 28 de novembro de 2005. O local foi denominado de Acampamento Terra Mãe ou, na língua Terena: *Poké'é Enôe*.

Apesar das ações judiciais impetradas pelos fazendeiros na justiça e da pressão política, o povo resistiu e atualmente encontram-se acampadas cerca de 1.500 pessoas. Conseguiram implantar escola no local, posto de saúde e assistência alimentar. Como uma das práticas tradicionais, logo que ocuparam a terra, iniciaram a preparação do solo para o desenvolvimento da agricultura.

Para o cacique Ramon Vieira, a ocupação da terra significa a solução para os problemas internos: "deixamos de brigar com os parentes para lutar pelos nossos direitos". Numa faixa exposta na entrada do acampamento, lê-se: "O povo Terena está cansado de viver confinado numa reserva. Reivindica a homologação da Terra Indígena Cachoeirinha, urgente".

Considerações finais

Para o Terena de Cachoeirinha, a Reserva é sua referência histórica. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, em sua obra de 1968, "Urbanização e Tribalismo", reproduzido por Azanha (2003, p. 6), a Reserva

“foi menos utilizada para a produção econômica do que como base territorial... sobre a qual pôde o grupo organizar-se”.

As lideranças expressam essa relação com a terra com um sentimento de paixão e a têm como mãe. Argemiro Turíbio, membro da comunidade de Cachoeirinha, afirma: “a nossa luta demonstra o nosso sentimento em relação à nossa terra”. Lucídio Polidoro, presidente da Associação de Moradores Terena de Campo Grande, confirma: “nela (a terra) nascemos e nela iremos descansar”. Ou, ainda, como definiu o ex-cacique Sabino Albuquerque: “minha paixão é a terra”.

Portanto, para os Terena de Cachoeirinha, inseridos no contexto socioeconômico, político, cultural e religioso da sociedade regional e nacional, as bases fundamentais para a construção de sua autonomia e afirmação étnica, estão na conquista de seu território e na sua organização político-cultural.

Notas:

¹ Refere-se ao desembarque dos portugueses no Brasil, em 22 de abril de 1500. Portanto, será utilizado neste trabalho entre aspas, designando invasão e não descobrimento.

² A historiografia identifica o Terena como o último subgrupo Txané-Guaná, do tronco lingüístico Aruak (Ladeira, 2001).

³ O apelativo Mbayá identificava principalmente os grupos que habitavam a parte norte do conjunto etno-ambiental Guaicuru, no alto Paraguai: os Eygua-yegis (...). A penetração no Chaco Central ocorreu em duas ondas migratórias: a da “gente yiqui” e de “gente yegi”. Esta ramificação migratória implicou em novos ajustamentos culturais ambientais que imprimiram particularidades em cada grupo migratório sendo, pois, conveniente falar em separação dos “yiqui-Guaicuru” do médio Paraguai e dos “yegi-Guaicuru” ou Mbayá-Guaicuru propriamente dito (Carvalho, 1979, p. 29).

⁴ O termo “Guaicuru” achava-se ligado a um movimento migratório-expansionista que culminou em um padrão cultural típico de “caçadores-guerreiros-cavaleiros” do século XVII/XVIII (Carvalho, 1979, p. 28).

⁵ Segundo Acçolini, a origem destas metades está relacionada com os dois irmãos gêmeos mitológicos: uma das versões do mito nos relata que havia uma irmã, Livéchechévéna, e um irmão, Yurikoivakai, que moravam juntos. Livéchechévéna plantou uma roça e tendo os frutos roubados pelo irmão, ela ficou com muita raiva e o cortou em dois (1996, p. 16).

⁶ Purutuyé - utilizado pelos terena para denominar o homem “branco” – o não-índio.

⁷ Dispersão provocada pela perda do território.

⁸ Marechal Cândido da Silva Rondon – membro da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, criada em 1890. Pelo Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, foi

criado, pelo governo de Nilo Peçanha, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cuja direção, também, foi confiada a Rondon.

⁹ Denominação utilizada na Lei 6.001/73, do Estatuto do Índio.

¹⁰ Cachoeirinha e Lalima, município de Miranda; Taunay/Ipegue, em Aquidauana; Nioaque, em Nioaque.

¹¹ Grupo Terena que se deslocava para o trabalho sazonal no corte de cana-de-açúcar, localizando, fixando-se inicialmente no município de Rondonópolis, Mato Grosso. Atualmente se constitui em 253 pessoas, vivendo em uma área de 52 mil hectares. A terra é patrimônio da União e está em processo de regularização.

¹² Segundo dados da FUNASA, em 2001, são 16 mil, no Mato Grosso do Sul. Para o CIMI, no entanto, a população Terena este em cerca de 30 mil.

¹³ Refere-se à história de invasão do homem “branco” nos territórios indígenas.

¹⁴ Dados do Posto Indígena da FUNAI.

¹⁵ Setores: denominação das comunidades localizadas dentro da terra Cachoeirinha.

¹⁶ Purungueiro: xamãs na organização Terena. Segundo depoimento do cacique de Cachoeirinha, Lourenço Muchacho, (o seu pai é um purungueiro - Sr. Antonio Muchacho), os purungueiros estão diminuindo nas comunidades em razão dos jovens não estarem preparados para exercer a função com responsabilidade.

¹⁷ O Território Cachoeirinha foi identificada em 36.288 hectares pelo relatório do Grupo Técnico coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de junho de 2003.

¹⁸ ADCT: Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

¹⁹ O processo de demarcação da Terra Cachoeirinha encontra-se paralisado no setor jurídico do Ministério da Justiça, aguardando pela assinatura do Ministro da Justiça da Portaria Declaratória.

²⁰ ONG's: Organizações Não-Governamentais.

²¹ Campograndenews, 10/3/2004 – disponível em www.campograndenews.com.br.

Referências

ACÇOLINI, Grazieli. *Terena: adoção de um novo mito*. 1996. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

AZANHA, Gilberto. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Cachoeirinha*. Brasília: Diário Oficial da União, 14 nov. 2000.

_____. *Os Terena*. Brasília: Centro de Trabalho Indigenista, 2003.

BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.

CADERNO de Turismo. In: *A Gazeta do Pantanal*. Disponível em: <<http://agazetadopantanal.com.br>>. Acesso em: 7 dez. 2003.

CARVALHO, E. A. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.

MANGOLIN, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande-MS: [s.n.], 1993.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. *Brasil Indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: FTD, 2000.

ROCHA, Everaldo G. P. *O que é Etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso – conflito, trama e continuidade*. Campo Grande-MS: UFMS, 1999.

Recebido em 5 de setembro de 2005.

Aprovado para publicação em 18 de fevereiro de 2006.